



**POLÍTICAS E PROGRAMAS MUNICIPAIS PARA INCLUSÃO DE PESSOAS
COM DEFICIÊNCIA NA REGIÃO METROPOLITANA DA BAIXADA
SANTISTA**

Patrícia Regiane da Silva Furlaneto
Universidade Católica de Santos - Brasil
E-mail: prof.patriciafurlaneto@bol.com.br

Trabalho de Natureza teórica

Resumo: Abordaremos as “Políticas e Programas municipais para inclusão de pessoas com deficiência na Região Metropolitana da Baixada Santista”. Até agora, a pesquisa bibliográfica, revelou que ainda não existem estudos na Baixada Santista que contemplem as políticas e programas municipais para incluir deficientes. Por outro lado, as análises das informações contidas no INEP, evidenciam o aumento de matrículas de alunos com deficiência na RMBS. Esses resultados parciais sugerem inferir as seguintes questões, que orientarão a continuidade da pesquisa: Como os municípios têm administrado o aumento de alunos com deficiência nas escolas? Quais são as políticas públicas e programas municipais, que cada município estabeleceu para trabalhar com este público? Existem programas específicos desenvolvidos pelas cidades que englobem outros atores sociais para o atendimento dos alunos deficientes? Os objetivos são: conhecer como cada município da Baixada Santista realiza a inclusão nas escolas públicas, anos iniciais. Especificamente, conhecer as bases de políticas da educação especial de cada município, os programas utilizados para a inclusão de pessoas com deficiência, as estratégias desenvolvidas pelas Prefeituras para atender este público. A metodologia orienta-se pela abordagem de implementação de políticas. Utilizaremos procedimentos de pesquisa documental com análises de documentos, podendo evoluir para algumas entrevistas, dependendo das necessidades e dos dados encontrados a posteriori.

Palavras-chave: Políticas públicas. Deficientes. Baixada Santista.

Introdução

O interesse em pesquisar as políticas públicas para educação especial nasceu e foi se confirmando em várias fases da minha vida. Sempre estudei música e quando questionada sobre o futuro respondia, com certo brilho no olhar, o desejo de trabalhar com pessoas especiais, pessoas que apresentassem alguma deficiência.

Durante um curto espaço de tempo estudei com algumas pessoas portadoras de necessidades especiais, depois trabalhei com outras pessoas com deficiência e fui crescendo até que os anos se passaram e em 1999, iniciei minha vida acadêmica no curso de Educação Física e Esportes da Universidade Santa Cecília – UNISANTA, onde comecei a aprender sobre “Esportes Adaptados”, disciplina que associava atividade física para pessoa



ReLePe



**I Encontro Latinoamericano de Professores de Política Educativa
II Seminário Internacional de Questões de Pesquisa em Educação**

6 e 7 de julho de 2015 - UNIFESP - Guarulhos - São Paulo - Brasil

com deficiência. Pouco tempo depois fui cursar uma pós-graduação em Fisiologia do Exercício na Escola Paulista de Medicina – UNIFESP, que concluí em 2005.

Sempre trabalhei na área do fitness, ginástica, dança, natação, hidroginástica e capoeira. Até que em 2008 comecei a atuar em escolas municipais, gostei do desafio. Motivada pela rotina escolar e pelos conhecimentos pedagógicos envolvidos nesta área retornei aos bancos universitários para estudar minha segunda graduação desta vez, Pedagogia que cursei na Universidade Metropolitana de Santos – UNIMES.

Durante as aulas Educação Física realizava os “momentos de leitura”, quando recebi um aluno “surdo”, daí as minhas inquietações e dificuldades começaram. Fui então estudar Libras na Congregação Santista de Surdos, em 2010 na cidade de Santos. Depois de um ano e meio, o aluno saiu da escola. E eu?

Pois é, eu fiquei indignada, um sentimento de total abandono me dominou, pois, eu fui estudar para atender melhor meu aluno, me preparei, me esforcei, acreditava que tinha ido além, e no fim, fui deixada. Seis meses depois recebi um novo aluno surdo no primeiro ano do ensino fundamental e concluí que tudo que aprendemos com o objetivo de aprimorar nossa prática pedagógica é maravilhosamente importante para contribuir com nosso ofício de mestre.

No segundo semestre de 2010 iniciei minha segunda pós-graduação em “Atividade Física para pessoa com deficiência” pela Universidade Aberta do Brasil – UAB vinculada com a Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, que concluí em 2012 e neste mesmo ano fui chamada para assumir o cargo de Coordenadora Pedagógica da escola em que lecionava desde 2008. Foi uma experiência desafiadora e muito proveitosa.

Em fevereiro de 2014, iniciei o Mestrado em Educação pela Universidade Católica de Santos – UNISANTOS, e no mês de maio me tornei bolsista CAPES. Hoje tenho o privilégio de iniciar a estruturação da presente pesquisa na área de Políticas Públicas da Educação Especial.

Este assunto é relevante, pois, traz contribuições oferecendo dados sobre o cenário da Educação Inclusiva por meio da análise dos documentos legais e programas desta modalidade de ensino dentro das escolas regulares da Região Metropolitana da Baixada Santista, o que, até o momento, não foi realizado por nenhum pesquisador.

Também contribui para que os profissionais da área da educação possam conhecer a implementação de uma política pública e sua articulação com documentos legais e programas da educação inclusiva na Região Metropolitana da Baixada Santista.

O conhecimento sobre esta temática contribui para que a sociedade conheça melhor como são implementadas as políticas públicas e programas de inclusão em seus municípios. Neste sentido, é possível refletir sobre o papel da escola na vida das pessoas com deficiência e seus desdobramentos.

Problematização

Inserir alunos com deficiência nas classes comuns mostra-nos uma das vertentes da inclusão, não obstante, não garante a plena efetivação das políticas de inclusão. Pretendemos neste estudo abordar especificamente o ensino fundamental I pelo fato de a pesquisa voltar-se para as políticas de inclusão e programas que são realizados nos municípios que compõem a Região Metropolitana da Baixada Santista: Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos e São Vicente. Além disso, atuo nesse segmento desde 2008.

Segundo apontam as estatísticas os alunos deficientes estão aumentando nas redes de ensino, a problemática aqui é: quais são as políticas públicas da educação especial, que cada município estabeleceu para nortear o trabalho realizado com este público? Como os municípios têm administrado a questão do aumento de alunos com deficiência nas unidades regulares de ensino? Existem programas específicos desenvolvidos pelas cidades para o atendimento dos alunos com deficiência que englobem professores, família, comunidade ou outros atores sociais?

Objetivo

O objetivo deste trabalho é fazer uma apresentação baseada em documentos oficiais sobre como os nove municípios da Região Metropolitana da Baixada Santista trabalham a questão da inclusão escolar nas redes municipais de ensino, suas políticas de base, suas subdivisões de trabalhos, suas secretarias específicas. Mostrar as abordagens feitas pelos documentos aos profissionais envolvidos direta e indiretamente nestes trabalhos, aos alunos e suas capacidades e dificuldades, assim como à comunidade escolar.

Metodologia

A metodologia da pesquisa orienta-se pela abordagem de implementação de políticas públicas, que segundo Rus Perez (1998, p.66) se inicia com o “estabelecimento” de determinada política e implica “as decisões e ações postas pela autoridade legislativa central”. Utilizaremos procedimentos de pesquisa documental com análises de documentos oficiais, leis municipais e programas específicos, podendo evoluir para algumas entrevistas, dependendo das necessidades e dos dados encontrados a posteriori.

Descreveremos a seguir a organicidade desta pesquisa para melhor entendimento do leitor, visto que, abordaremos dois eixos temáticos complexos, Política Pública e Educação Especial.

Referencial Teórico

Considerando a complexidade da área de estudo e as peculiaridades quanto a este tema, leva-se em consideração o que afirma Krawczyk (2012, p. 10), “a preocupação com as dimensões teórica e histórica possibilitará à pesquisa interpelar as políticas educacionais e a realidade educacional concretizada como processos que carregam historicidade”. Neste sentido, pretende-se abordar as dimensões teórica e histórica da temática afim de relacionar esta preocupação com a qualidade da pesquisa desenvolvida.

Iniciou-se o levantamento bibliográfico deste trabalho na plataforma *scielo* e no banco de teses da CAPES, entre outros. Nesta pesquisa encontrou-se um estudo encomendado, realizado por Ferreira e Bueno em 2011,

intitulado de “Os 20 anos do GT¹ Educação Especial: gênese, trajetória e consolidação” que resgata a trajetória do GT Educação Especial desde sua criação, em 1991, até 2010.

Segundo Ferreira e Bueno (2011), em 1989, nascia o grupo de estudos coordenado pela profa. Elcie Masini, da USP, composto por pesquisadores e professores ligados à Educação Especial. Apenas em 1991, na 14^a, Reunião a Assembléia Geral aprovou, por unanimidade, o novo GT, cuja identidade é apresentada abaixo:

A Educação Especial tem sido objeto de grandes confusões. Queremos deixar nosso repúdio público a interpretações equivocadas que identificam educação especial como instância simplesmente legitimadora das impropriedades do ensino regular. Educação especial não é um recurso remediativo para o fracasso escolar. Configura-se como um recurso educacional que assegura aos educandos com necessidades especiais o exercício do direito à educação. Entende-se que tais educandos são os que, por razões de ordem sensorial, mental ou física, não se beneficiam das situações comuns de ensino (FERREIRA; BUENO, 2011, p.145).

O trabalho de Ferreira e Bueno (2011) está dividido em dois períodos, o primeiro: 1991–2001, no qual do conjunto de 138 produções considerando comunicações, *pôsters*, trabalho completos, são localizados apenas quatro estudos sobre Políticas da Educação Especial.

No segundo período: 2002-2010 é apresentado um balanço das principais tendências da produção acadêmica da Educação Especial. Os autores apresentam várias análises de 132 trabalhos. Apenas nesse segundo período, o Estado de São Paulo teve 33 trabalhos contabilizados perdendo apenas para o Rio Grande do Sul com 34 trabalhos.

¹ Os Grupos de Trabalho são instâncias de aglutinação e de socialização do conhecimento produzido pelos pesquisadores da área de educação. São 23 GTs temáticos, que congregam pesquisadores de áreas de conhecimento especializadas. Além de aprofundar o debate sobre interfaces da Educação, definem atividades acadêmicas das Reuniões Científicas Nacionais da ANPEd (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação).

Quanto à origem, 68,2% vieram de universidades públicas, e 31,8% de universidades privadas. Quanto ao campo temático, 23 trabalhos abordavam o tema “política” perdendo apenas para a temática “escola” com 69 trabalhos.

Constata-se assim, que em 20 anos de existência do GT 15, apenas 28 trabalhos abordavam a temática “políticas da educação especial” de um total de 270 trabalhos (138 e 132 - 1º e 2º período de realização da pesquisa, respectivamente).

Outro estudo encontrado ao longo do levantamento bibliográfico, foi realizado por Garcia e Michels em 2011, intitulado “A política de Educação Especial no Brasil (1991-2011): uma análise da produção do GT 15 – Educação Especial da ANPED”. Com a mesma lógica da pesquisa anterior, este artigo apresenta a produção do GT 15 no mesmo período, no entanto, coloca ênfase nas produções em “políticas da educação especial”.

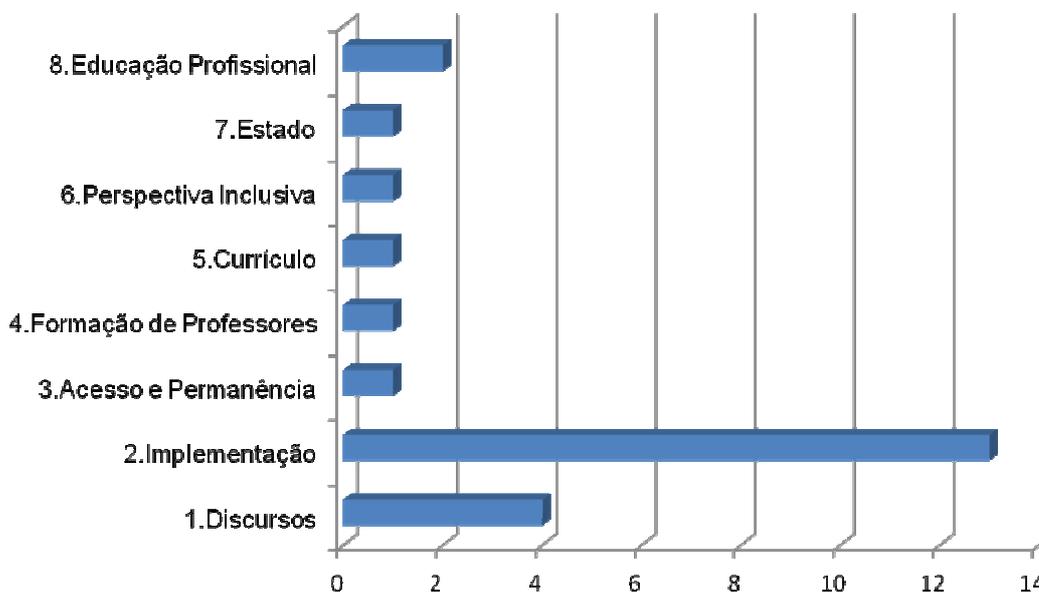
Foi possível, a partir deste trabalho, destacar a abrangência das pesquisas sobre política educacional de inclusão. Se contabilizarmos os dados, teremos os seguintes resultados: 12 trabalhos em âmbito nacional, 10 trabalhos em âmbito municipal em que são analisados os municípios de São Paulo, Rio de Janeiro, Campinas, Goiânia, Porto Alegre, Belo Horizonte e Londrina; 5 trabalhos em âmbito estadual, neste nível são analisados os estados da Bahia, Goiás, Santa Catarina, Minas Gerais e Espírito Santo; e para finalizar foram registrados 2 trabalhos cuja abrangência é supranacional: o primeiro refere-se a uma investigação no âmbito do hemisfério sul e o segundo trata de um estudo comparativo entre Brasil/Portugal.

Michels e Garcia (2011), com relação aos temas abordados dentro desta temática educação especial e políticas da educação elaboraram 8 categorias como foco de investigações:

1. Discursos políticos,
2. Implementação de políticas de educação especial,
3. Acesso e Permanência, com destaque aos indicadores sociais,
4. Formação de professores, relacionada às políticas de inclusão,
5. Currículo, como organização do trabalho pedagógico,

6. Perspectiva inclusiva, com a proposta de inclusão escolar,
7. Estado e Educação, com ênfase nas implicações do liberalismo sobre a constituição da Educação Especial Inclusiva,
8. Educação profissional, inserção dos deficientes no mercado de trabalho.

Gráfico 1 – Produção do GT 15 educação Especial da ANPED sobre política educacional (1991-2010).



Fonte: síntese elaborada pela autora, a partir do artigo pesquisado. GARCIA, R. M. C.; MICHELS, M. H. **A política de Educação Especial no Brasil (1991-2011): uma análise da produção do GT15 – Educação Especial da ANPED.** *Rev. Bras. Ed. Esp.*, Marília, v.17, p.105-124, maio/ago., 2011. Edição Especial.

Conforme observado é possível destacar a inexpressiva produção científica nos itens 3. Acesso e Permanência, 4. Formação de professores, 5. Currículo, 6. Perspectiva inclusiva e 7. Estado.

Chamou atenção também à inexistência de pesquisas sobre as Políticas Municipais de Educação Especial dos Municípios da Baixada Santista, num cenário em que crescem as matrículas de alunos incluídos.

Segundo o resumo técnico do Censo Escolar da Educação Básica realizado em 2012 notamos algumas modificações importantes. A tabela

abaixo traz informações sobre as matrículas nas escolas na Educação Especial por etapa de Ensino.

Tabela 1 - Número de matrículas na Educação Especial por Etapa de Ensino – Brasil – 2007 - 2012

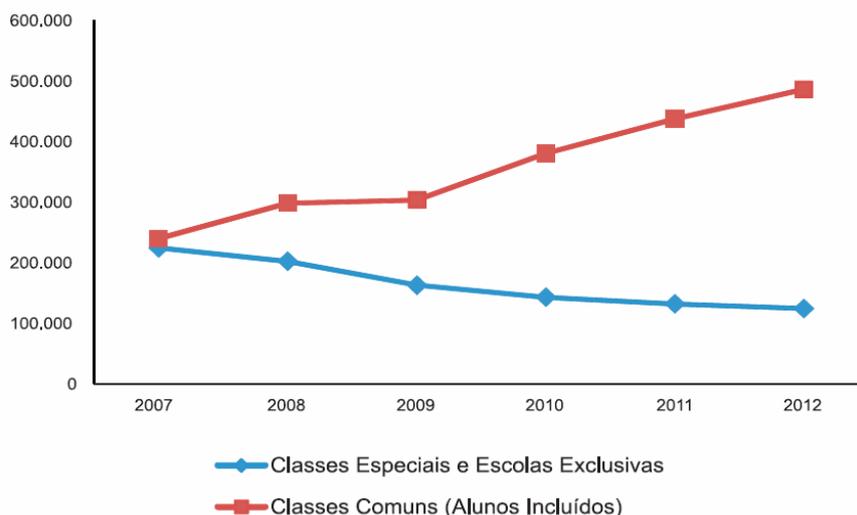
Ano	Total Geral	Classes Especiais e Escolas Exclusivas						Classes Comuns (Alunos Incluídos)					
		Total	Ed. Infantil	Funda-mental	Médio	EJA	Ed. Profis-sional	Total	Ed. Infantil	Funda-mental	Médio	EJA	Ed. Profis-sional
2007	654.606	348.470	64.501	224.350	2.806	49.268	7.545	306.136	24.634	239.506	13.306	28.295	395
2008	695.699	319.924	65.694	202.126	2.768	44.384	4.952	375.775	27.603	297.986	17.344	32.296	546
2009	639.718	252.687	47.748	162.644	1.263	39.913	1.119	387.031	27.031	303.383	21.465	34.434	718
2010	702.603	218.271	35.397	142.866	972	38.353	683	484.332	34.044	380.112	27.695	41.385	1.096
2011	752.305	199.882	23.750	131.836	1.140	36.359	797	558.423	39.367	437.132	33.138	47.425	1.361
2012	820.433	199.656	18.652	124.129	1.090	55.048	737	620.777	40.456	485.965	42.499	50.198	1.659
Δ% 2011/2012	9,1	3,0	-21,5	-5,8	-4,4	51,4	-7,5	11,2	2,8	11,2	28,2	5,8	21,9

Fonte: MEC/Inep/Deed.

Nota: Não inclui matrículas em turmas de atendimento complementar e atendimento educacional especializado (AEE).

Conforme dados acima, podemos destacar um aumento de 9,1% no total geral no número de matrículas nessa modalidade de ensino (Educação Especial), que passou de 752.305 matrículas em 2011 para 820.433 em 2012.

Gráfico 2 - Educação Especial – Número de Matrículas no Ensino Fundamental – Brasil – 2007-2012



Fonte: Resumo técnico do Censo Escolar da Educação Básica realizado em 2012. Disponível em:

http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2012.pdf

É visível a transição e o aumento significativo do número de alunos das classes especiais e escolas exclusivas para as classes comuns (alunos incluídos) no ensino fundamental entre os anos de 2007 e 2012.

Tabela 2 – Número de Matrículas na Educação Especial por Rede de Ensino – Brasil – 2007-2012

Rede	Ano	Matrículas na Educação Especial		
		Total	Classes Especiais e Escolas Exclusivas	Classes Comuns (Alunos Incluídos)
Privada	2007	244.325	224.112	20.213
	2008	228.612	205.475	23.137
	2009	184.791	163.556	21.235
	2010	169.983	142.887	27.096
	2011	163.409	130.798	32.611
	2012	178.589	141.431	37.158
Δ% 2011/2012		9,3	8,1	13,9
Pública	2007	410.281	124.358	285.923
	2008	467.087	114.449	352.638
	2009	454.927	89.131	365.796
	2010	532.620	75.384	457.236
	2011	588.896	63.084	525.812
	2012	641.844	58.225	583.619
Δ% 2011/2012		9,0	-7,7	11,0

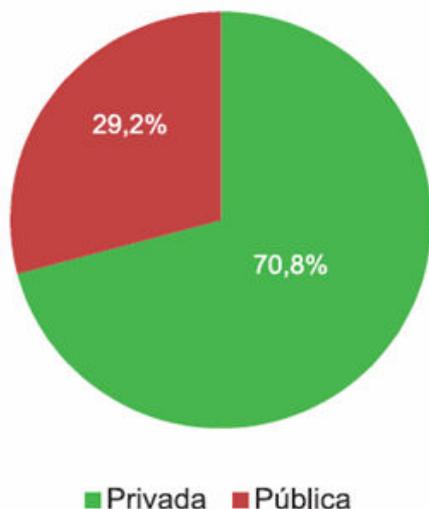
Fonte: MEC/Inep/Deed.

Nota: Não inclui matrículas em turmas de atendimento complementar e atendimento educacional especializado (AEE).

Entre as instituições privadas e públicas podemos notar que a matrícula nas classes especiais e escolas exclusivas em ambas as redes obteve um decréscimo significativo entre os anos de 2007 e 2012, de 224.112 alunos matriculados para 141.431 e de 124.358 para 58.225 alunos, respectivamente.

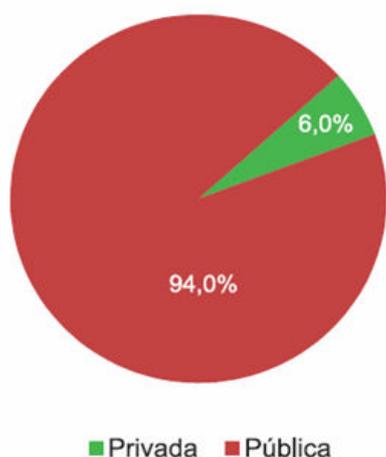
Já as classes comuns (alunos incluídos) nas Instituições Privadas foram de 20.213 para 37.158 e nas Instituições Públicas, este número aumentou mais de duas vezes: de 285.923 para 583.619 alunos matriculados.

Gráfico 3 – Educação Especial Matrícula em Classes Especiais e Escolas Exclusivas – Brasil – 2012



Fonte: Resumo técnico do Censo Escolar da Educação Básica realizado em 2012. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2012.pdf

Gráfico 4 – Educação Especial Matrícula em Classes Comuns (Alunos Incluídos) – Brasil – 2012

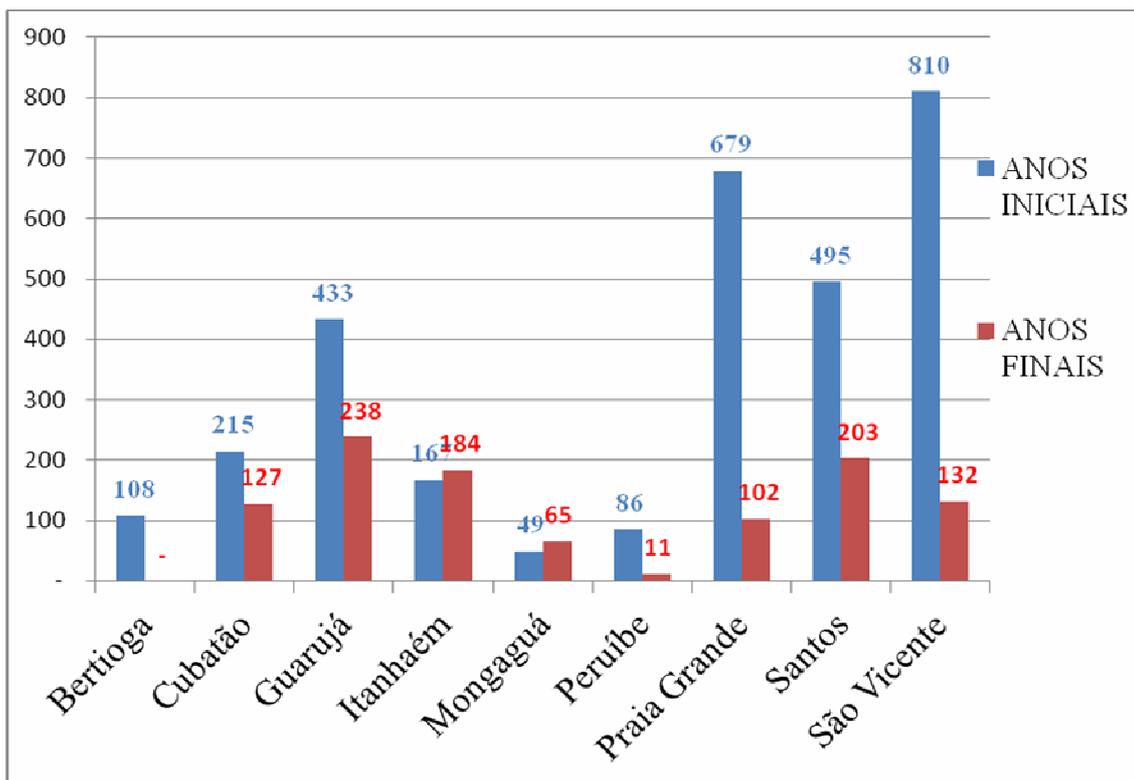


Fonte: Resumo técnico do Censo Escolar da Educação Básica realizado em 2012. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2012.pdf

De acordo com os dados encontrados na base de pesquisa do INEP e do IBGE, quanto ao número específico de alunos com deficiência matriculados

nos anos iniciais e nos anos finais do ensino fundamental, temos abaixo uma representação gráfica sobre o cenário da educação especial na Baixada Santista.

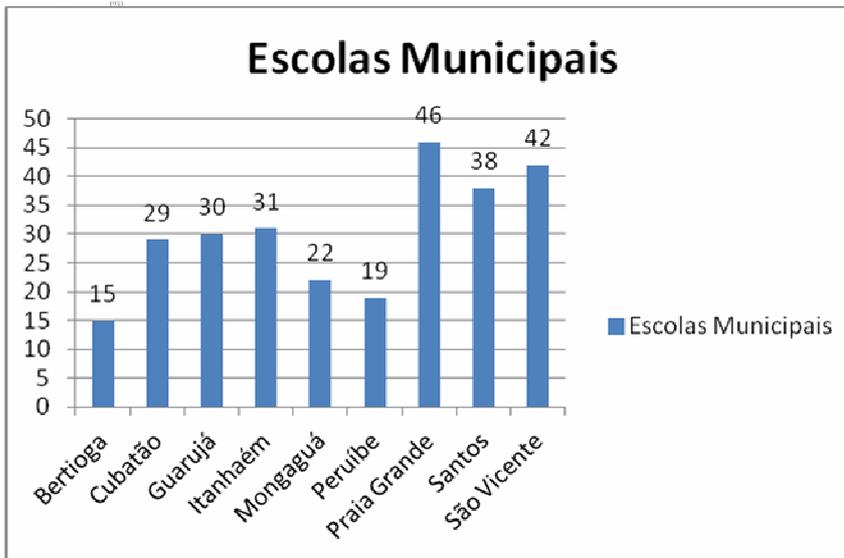
Gráfico 5 - Alunos com Deficiência nos Anos Iniciais e Anos Finais - Baixada Santista



Fonte: Síntese, elaborada pela autora, das informações pesquisadas no site do INEP. <http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br/dataEscolaBrasil/home.seam>.

Percebe-se uma concentração de alunos com deficiência nos anos iniciais do ensino fundamental, ou seja, a quantidade de alunos nos anos finais é pequena se comparada com os alunos de 1º ao 5º ano.

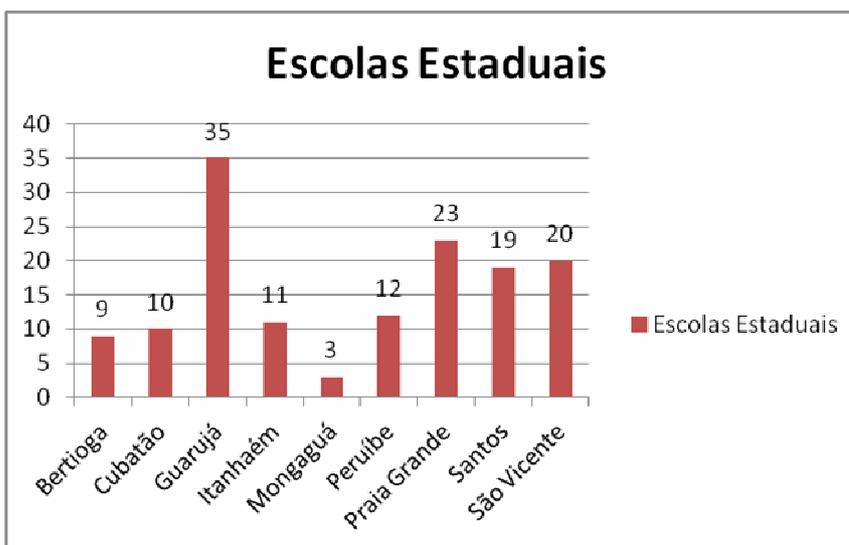
Gráfico 6 - Baixada Santista número de escolas



Fonte: síntese, elaborada pela autora, das informações pesquisadas no site do INEP. http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br/dataEscolaBrasil/home.seam_

Nota-se uma concentração de escolas municipais nas cidades de Praia Grande com 46 escolas, Santos com 38 e São Vicente com 42 escolas municipais.

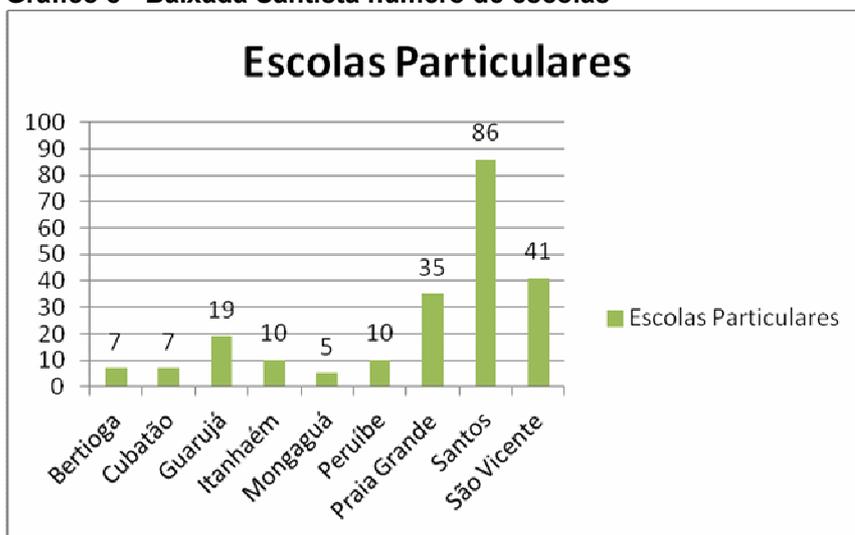
Gráfico 7 - Baixada Santista número de escolas



Fonte: síntese, elaborada pela autora, das informações pesquisadas no site do INEP. http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br/dataEscolaBrasil/home.seam_

Nota-se uma concentração de escolas estaduais na cidade de Guarujá (35) mais do que em todas as outras da Baixada Santista em seguida Praia Grande com 23 escolas e São Vicente com 20 escolas estaduais.

Gráfico 8 - Baixada Santista número de escolas



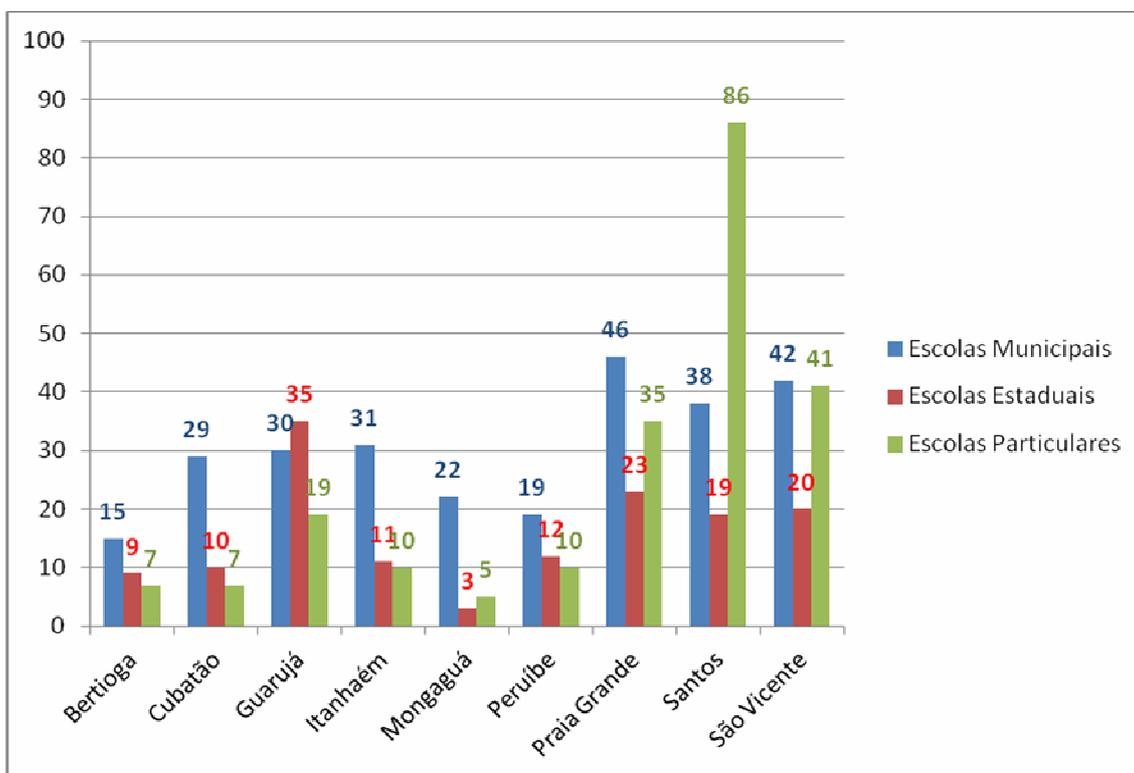
Fonte: síntese, elaborada pela autora, das informações pesquisadas no site do INEP. http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br/dataEscolaBrasil/home.seam_

Nota-se uma concentração de escolas particulares na cidade de Santos (86) mais do que em todas as outras da Baixada Santista em seguida São Vicente com 41 escolas e Praia Grande com 35 escolas Particulares.

Quando analisadas separadamente podemos notar que as cidades mais citadas quanto ao número e escolas são Praia Grande, São Vicente e Santos, apenas nas escolas estaduais a cidade do Guarujá obteve certo destaque.

Quando visualizamos todas as escolas, juntas percebemos a prevalência desses três municípios da Baixada Santista, Praia Grande, Santos e São Vicente.

Gráfico 9 - Baixada Santista número de escolas



Fonte: síntese, elaborada pela autora, das informações pesquisadas no site do INEP. <http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br/dataEscolaBrasil/home.seam>.

É possível neste último gráfico perceber as quantidades de escolas de ensino fundamental de 9 anos. O número de escolas particulares na cidade de Santos chama bastante atenção, enquanto nos demais municípios as quantidades são bem menores. As escolas municipais e estaduais são bem representadas pelas cidades de Praia Grande e Guarujá, respectivamente.

Considerações para o encaminhamento da pesquisa

Esses dados nos fazem refletir sobre a implementação de políticas e programas realizados em cada município, esta inquietação nos faz caminhar para a próxima etapa da pesquisa, que objetiva conhecer as políticas e os programas de inclusão para alunos com deficiência.

Apesar de toda a legislação referente a educação especial, com o intuito de garantir que haja a inclusão de alunos com deficiência existe uma fragilidade no conceito de inclusão. Além disso, a implementação das políticas

e programas pode ser realizada de várias maneiras diferentes, fazendo com que esta “inclusão” seja (ou não), executada de diversas formas.

Os estudos na área das políticas públicas e suas implicações, nos ajudam a construir estudos de caráter qualitativo, apoiados em conceitos mais substanciais, proporcionando, como afirma Arretche (2001), avaliações menos ingênuas sobre o tema.

Relações entre a formulação e a implementação de políticas públicas

O Brasil é denominado, segundo a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 1º como “República Federativa”, esta lei Magna ainda diz que ele é formado pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal. A seguir, discutiremos a implementação de políticas e as relações entre entes federados.

A fase de formulação de políticas necessita passar por vários processos, que inclui o estabelecimento de uma agenda “lista de temas e problemas que são alvo no momento” (KINGDON, 2007, p. 222). A especificação de cada alternativa conforme as escolhas são feitas, a escolha final entre as alternativas específicas, por meio de votação no legislativo ou decisão presidencial e a implementação dessa decisão (KINGDON, 2007, p. 221).

Neste sentido, Arretche (2001), diz que é grande a distância entre os objetivos e o desenho de programas, tal como concebidos por seus formuladores originais, e a tradução de tais concepções em intervenções públicas, tal como elas atingem a gama diversa de seus beneficiários e provedores.

Segundo a autora isto ocorre por que todo e qualquer programa tem duas dimensões: a primeira trata dos objetivos e a segunda da metodologia ou estratégia utilizada para que estes objetivos sejam atingidos. A definição da metodologia é uma escolha. Isto significa que um mesmo objetivo pode ser alcançado utilizando estratégias diferentes de ação.

Estas contribuições da autora nos fazem repensar os estudos realizados em políticas públicas, e as avaliações de determinada

implementação de política, ou seja, a prática de qualquer política pode ser diferente de uma região para outra, dependendo, além de outros fatores, essencialmente dos agentes envolvidos ou encarregados da implementação.

Segundo Arretche (2001), em um país federativo e multipartidário, como o Brasil, em que prefeitos e governadores têm autonomia política e podem estar ligados a partidos distintos, na implementação de um programa federal, por exemplo, cujas operações pressupõem cooperação dos três níveis de governo, ao invés de termos uma política de cooperação e compartilhamento de boas ideias e boas práticas, temos uma incongruência básica de objetivos. Mesmo assim, a autora afirma que isto não pode ser visto como um problema e sim como um dado da realidade.

Em vista disso, podemos dizer que a implementação de políticas públicas é um processo que depende diretamente do agente responsável pela implementação nos mais variados locais e nas mais diferentes instâncias de um país tão multicultural como o Brasil.

De acordo com Arretche (2001), é possível que estratégias desenvolvidas para a implementação de políticas públicas em um determinado local sejam diferentes e até mesmo contrárias ao desenho idealizado para aquela política, devido a fatores externos que independem da vontade do implementador. São eles: metas quantitativas fixadas de acordo com os recursos, tendência mercadológica, ciclo de vida de um programa, ou até mesmo, um fato novo que não foi previsto de acordo com a especificidade local e outros fatores.

Uma questão relevante a ser feita aos implementadores é se eles conhecem de fato o programa, pois, quanto melhor o conhecerem mais próximos estarão do desenho de objetivos determinado. Uma segunda questão é sobre a posição que os implementadores têm em relação ao programa, sua aceitação aos objetivos e regras propostos, pois, caso haja discordância, os agentes elegerão suas próprias prioridades com referência na sua atuação (ARRETCHE, 2001).

Segundo a autora é necessário também considerar as condições institucionais para a implementação de programas, objetivos, regras, diversas razões, impedimentos, capacidade fiscal e administrativa das agências implementadoras, compromissos e lealdade com a ordem política. É possível também realizar algumas vezes determinadas adaptações para viabilizar a realização dos objetivos do programa, por esta razão, é importante estabelecer parcerias das mais diversas com a comunidade civil e com os entes das relações intergovernamentais.

Devido a implementação de políticas e programas ser um assunto bastante complexo e resultar em formas diferentes em cada rede municipal, a próxima fase desta pesquisa é verificar como se implementam essas políticas e programas nos municípios da Baixada Santista.

Referências

ARRETCHE, M. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: BARREIRA, M. C.; CARVALHO, M. do C. **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001. p. 43-55. Disponível em: http://www.fflch.usp.br/dcp/assets/docs/Marta/Arretche_2002.pdf. Acesso em 26 set. 2014.

BRASIL, Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica 2012 - resumo técnico**. Brasília, Distrito Federal, 2013.

BRASIL, Ministério da Educação. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. INEP**. 2013. Apresenta o número de alunos matriculados em cada município da Baixada Santista. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula> Acesso em: 02 de maio de 2014.

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília, DF: Imprensa Oficial, 1988. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em: 12 out. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN**, nº. 9.394/96. Brasília, DF: Senado Federal, 1996.



I Encontro Latinoamericano de Professores de Política Educativa
II Seminário Internacional de Questões de Pesquisa em Educação
6 e 7 de julho de 2015 - UNIFESP - Guarulhos - São Paulo - Brasil

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de educação especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em: 20 jul. 2014.

CASTEL, R. As armadilhas da exclusão. In: BELFIORE-WANDERLEY, M.; BÓGUS, L.; YAZBEC, M. C. (Org.). **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 2013.

FERREIRA, J. R.; BUENO, J. G. S. Os 20 anos do GT Educação Especial: gênese, trajetória e consolidação. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.17, p.143-170, maio/ago., 2011. Edição Especial.

GARCIA, R. M. C.; MICHELS, M. H. A política de Educação Especial no Brasil (1991-2011): uma análise da produção do GT15 – Educação Especial da ANPED. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.17, p.105-124, maio/ago., 2011. Edição Especial.

KINGDON, J. Como chega a hora de uma ideia? In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. **Políticas Públicas: coletânea**, v. 1. Brasília: ENAP, 2006, p. 219-224.

KRAWCZYK, N. A historicidade da pesquisa em política educacional: o caso do Brasil. **Jornal de Políticas Educacionais**, n. 12, p. 03-11, jul./dez. 2012.

UNESCO, Ministério da Educação e Ciência da Espanha. **DECLARAÇÃO DE SALAMANCA e Linhas de ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília, DF: CORDE, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> Acesso em: 02 abr. 2014.